

Assunto **Política de negociação valores mobiliários por administradores, empregados, colaboradores e pela própria empresa – CRP** Páginas: **03**
Companhia de Participações.

Data **Dezembro de 2017**

Área **Comitê de Compliance** Telefone: **3211-0777**

Para Colaboradores da CRP. Para efeito do presente memorando, entende-se como colaboradores todos os sócios, diretores e demais empregados e trainees da CRP e das empresas ligadas ou controladas por esta.

Definição e finalidade

Esta política visa determinar procedimentos e normas para os investimentos pessoais dos Colaboradores da CRP Companhia de Participações (a “CRP”), bem como de seus familiares diretos, além de estabelecer o tratamento de confidencialidade das informações alcançadas na execução de suas ações cotidianas.

As instruções aqui expostas devem ser examinadas em todas as negociações pessoais realizadas pelos sócios, diretores, empregados, *trainees* e estagiários da CRP (em conjunto os “Colaboradores” e individualmente o “Colaborador”) nos Mercados Financeiro e de Capitais, assim como por seus cônjuges, companheiros, descendentes e ascendentes que dependam financeiramente, bem como qualquer pessoa jurídica na qual o Colaborador individualmente ou em conjunto com qualquer pessoa física dele dependente possua participação majoritária.

A Política de Investimentos Pessoais exprime parte dos objetivos e valores de ética que devem orientar os negócios da CRP, sendo complementares àqueles constantes no Contrato Individual de Trabalho, se aplicável, no Código de Ética e outras normas verbais ou escritas da CRP, cuja violação será tida como infração contratual, estando o autor sujeito às sanções previstas, inclusive afastamento por justa causa.

Política de Investimentos Pessoais

Os investimentos efetuados em benefício próprio, no mercado financeiro, devem ser norteados a fim de não interferirem de forma negativa no desempenho das atividades profissionais. Ademais, devem ser totalmente separados das operações realizadas em nome da CRP para que sejam evitadas situações que configurem conflito de interesses e uso de informações privilegiadas. Com base nisso, os investimentos pessoais devem atestar o que se segue:

Os investimentos pessoais em cotas de Fundos de Investimentos de qualquer espécie, geridos pela CRP ou por terceiros são livres, contanto que destinados ao público em geral (Fundos não exclusivos);

O Colaborador não terá autorização para realizar transações, em nome próprio ou de terceiros, que envolvam títulos, valores mobiliários ou derivativos, objeto de ordens de compra ou venda por parte da CRP, antes que tal ordem tenha sido cumprida;

O Colaborador deve ter como objetivo preservar sua própria reputação, assim como a imagem da CRP.

Política de Confidencialidade e Tratamento da Informação

A Informação alcançada em função da atividade profissional desempenhada na CRP não pode ser transmitida de forma alguma a terceiros não Colaboradores ou a Colaboradores não autorizados. Neste item, incluem-se, por exemplo, posições compradas ou vendidas, estratégias e conselhos de investimento ou de desinvestimento, relatórios, análises e opiniões sobre ativos financeiros, dados a respeito de resultados financeiros antes da publicação dos balanços e balancetes das empresas da CRP, fundos sob gestão da CRP e transações efetuadas e que ainda não foram publicadas.

Também é considerada informação sigilosa aquela oriunda de estudo efetuado pela CRP, mesmo que os ativos correspondentes não componham nosso *portfolio*.

Quanto à confidencialidade e tratamento da informação, o Colaborador deve cumprir o estabelecido nos itens a seguir:

Informação privilegiada

Pode-se considerar como informação privilegiada qualquer informação importante a respeito de alguma empresa que não tenha sido publicada e que seja obtida de maneira privilegiada, em consequência da ligação profissional ou pessoal mantida com um cliente, com colaboradores de empresas estudadas ou investidas ou com terceiros, ou da condição de Colaborador.

São exemplos de informações privilegiadas: informações verbais ou documentadas referentes a resultados operacionais de empresa, alterações societárias (fusões, cisões e incorporações), informações sobre compra e venda de empresas, títulos ou valores mobiliários, e qualquer outro acontecimento caracterizável como confidencial.

As informações privilegiadas precisam ser mantidas em sigilo por todos que as acessarem, seja em função da prática da atividade profissional ou do relacionamento pessoal.

O Colaborador que tiver acesso a uma informação privilegiada, deverá manter as informações em sigilo profissional, não podendo comunicá-la a outros membros da CRP, profissionais de mercado, amigos e parentes, tampouco usá-la, seja em seu próprio benefício ou de terceiros. Ainda que não exista certeza quanto ao caráter privilegiado da informação, deve-se manter o sigilo. As empresas envolvidas serão incluídas na lista de empresas com restrições para negociação, a qual será mantida sigilosamente pelo Comitê de Compliance.

Insider Trading, front running e “Dicas”

Insider Trading baseia-se na negociação de títulos ou valores mobiliários com base no uso de informação privilegiada, com o objetivo de conseguir benefício próprio ou de terceiros (compreendendo a própria CRP e Colaboradores).

“Dicas” é a transmissão, a qualquer terceiro, de informação privilegiada que possa ser usada com benefício na negociação de títulos ou valores mobiliários.

Front Running caracteriza-se como uma prática ilegal de obtenção e utilização de informações antecipadas sobre a realização de operação nos mercados de bolsa ou de balcão e que influenciarão a formação dos preços de determinados produtos de investimento.

É proibida a prática dos casos mencionados anteriormente por qualquer membro da empresa, seja agindo em benefício próprio, da CRP ou de terceiros.

O disposto nos itens de “Informação Privilegiada” e neste “*Insider Trading, front running e Dicas*” deve ser analisado pelo Comitê de Compliance não só durante a vigência de seu relacionamento profissional com a CRP, mas mesmo após o seu término.

Termo de Compromisso e Considerações Finais

O não-cumprimento de quaisquer das normas estipuladas nesta Política de Investimentos Pessoais deverá ser encaminhado ao Comitê de Compliance, através do e-mail controladoria@crp.com.br.

Todo Colaborador da CRP, ao receber esta Política, assinará um Termo de Compromisso. Por esse documento, cada Colaborador tem ciência da existência desta Política de Investimentos Pessoais e das regras e princípios aqui expostos, seguidos pela CRP, devendo esclarecer no mesmo ato ocasionais participações em companhias e demais investimentos que possua junto a ativos de mercado.

Ao assinar o documento, o Colaborador assume o compromisso de zelar pelo cumprimento das regras e princípios estabelecidos nesta Política de Investimentos Pessoais.

Esta Política é parte integrante das normas que guiam a relação de trabalho dos Colaboradores da CRP, os quais, ao assiná-la, estão concordando absolutamente com as regras nela fixadas. A desobediência a qualquer das normas aqui expostas, além das cotadas no Contrato Individual de Trabalho, se aplicável, no Código de Ética e demais regras verbais ou escritas da CRP, será tida como infração contratual, sujeitando seu autor às sanções cabíveis. A empresa não se responsabilizará por Colaboradores que violam a lei ou cometam infrações no desempenho de suas atividades. Caso a CRP seja penalizada ou tenha prejuízo de qualquer natureza por ações de seus Colaboradores, cumprirá o direito de regresso em face dos responsáveis, nos termos permitidos pela legislação.

Práticas relacionadas a *Insider Trading* são coibidas não apenas por essa Política de Investimentos Pessoais tem como por normas gerais e específicas, emitidas pelos órgãos que regulam os Fundos. Assim, aquele Colaborador que incorrer em afronta às disposições dessa política poderá ser sancionado em outras esferas, inclusive na esfera judicial.